

A. I. Nº - 089008.1202/14-4
AUTUADO - GLICÉRIO ANTONIO DOS SANTOS ALVES
AUTUANTE - EDMUNDO SILVA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 12.08.2016

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0128-05/16

EMENTA: ITD. DOAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Resta comprovado conforme documentação anexa, que já houve incidência de pagamento do imposto devido por ocasião da sucessão legítima e da partilha efetuada sobre a herança do impugnante, caracterizando o lançamento aqui em lide, como claramente improcedente. Imposto em duplicidade. **bis in idem**. Vedado pelo sistema tributário vigente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

No Auto de Infração, lavrado em 22/12/2014, foi lançado Imposto Sobre Transmissão e Doação - ITD, no valor de R\$14.445,50, acrescido de multa de 60%.

Houve apresentação de defesa à fl. 26 quando o autuado, Sr. GLICÉRIO ANTONIO DOS SANTOS ALVES, justificou que o lançamento tributário ocorreu sobre herança recebida de seu genitor ARNALDO PINTO ALVES, conforme Escritura Pública de Inventário de Partilha “causa mortis”.

Alega que o valor lançado em sua declaração, no Exercício 2010. Ano-calendário 2009 no quadro de Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis, que o valor de R\$ 722.275,08 equivale ao somatório dos valores lançados nos Quadros: Declaração de Bens e Direito: 1/7 de 50% de uma Casa Residencial situada na Rua Bocaiúva, 160 em Nanuque-MG, no valor de R\$ 11.428,57 + 1/7 de 50% de ações no Banco do Brasil no valor de R\$ 43,50 + 1/7 de 50% de ações da Telemar-RJ no valor de R\$ 86,50 + 1/7 de 50% de ações no Banco Bradesco no valor de R\$ 125,00 + Automóvel Volkswagen Pólo no valor de R\$ 40.000,00 + 1/7 de uma área rural situada nos municípios de Nanuque e Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 638.428,56 + 1/7 de 50% do capital do Bancoob, no valor de R\$ 11.161,82 + 1/7 de 50% do capital do Sicoob no valor de R\$ 61,28 e o quadro bens de atividades rurais, de 25 cabeças de gado no valor de R\$30.939,85, totalizando o valor de R\$ 722.275,08.

Anexo a esta defesa, o impugnante junta cópia da Declaração do Imposto de Renda - IRPF 2009/2010, e da Escritura Pública de Inventário onde consta no final do inventário que foram recolhidos aos cofres do Estado de Minas Gerais a importância de R\$122.924,93, e aos cofres do Estado da Bahia, cerca de R\$67.200,00 recolhido na Agência do Banco do Brasil de Nanuque-MG em 11/11/2009, e por este motivo solicita o cancelamento do devido Auto de Infração nº 89008.1202/14-4.

O autuante procedeu a informação fiscal fl. 55 e diz que na escritura pública de fls. 35/46 está incluído o Sr. Glicério Antonio Alves dos Santos como um dos herdeiros da partilha de bens e de acordo com o DAE de fl. 46 e todo o imposto referente a esta partilha encontra-se quitado e que não resta nada a cobrar e por isso é favorável à solicitação do impugnante.

VOTO

Os dispositivos do Regulamento do Imposto Sobre Transmissão “CAUSA MORTIS” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), aprovado pelo Decreto nº 2.487, de 16 de junho de 1989, define a incidência do imposto em seu Art. 2º, o seguinte:

Art. 2º - Compreendem-se na definição das hipóteses de incidência do ITD:

I - a transmissão de quaisquer bens ou direitos em consequência de:

- a) sucessão legítima ou testamentária;
- b) a partilha prevista no art. 1.776 do Código Civil;
- c) doação pura ou modal, bem como a reversão do bem ou direito doado;
- d) renúncia ou desistência de herança ou legado em favor de determinada pessoa;

II - a transmissão do domínio útil por doação ou “Causa Mortis”.

Assim, resta comprovado conforme documentação anexa, que já houve incidência do imposto devido por ocasião da sucessão legítima e da partilha efetuada sobre a herança, caracterizando o lançamento aqui em lide, como claramente improcedente. Isto porque havendo prova de que o impugnante tendo provado ser beneficiário como herdeiro em partilha de herança, com o imposto devidamente pago, verifica-se neste caso, estar sendo cobrado o imposto em duplicidade, em claro **bis in idem**, situação em que o imposto é cobrado pelo mesmo ente tributante, por duas vezes, o que é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Face ao exposto voto pela IMPROCEDÊNCIA do lançamento.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **089008.1202/14-4**, lavrado contra **GLICÉRIO ANTONIO DOS SANTOS ALVES**.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de Julho de 2016.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO – JULGADOR